

BRK Ambiental – Mauá S.A.

CNPJ/MF nº 05.380.441/0001-00

Relatório dos Administradores

Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Permanecemos à disposição de V. Sas. para quaisquer esclarecimentos necessários.

Mauá, 06 de abril de 2023.

A Administração

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro (Em milhares de reais)				
Ativo	Nota explicativa	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.920	8.973	
Contas a receber, líquidas	6	16.119	14.170	
Tributos a recuperar		1.415	3.443	
Estoques		181	246	
Despesas antecipadas		602	665	
Outros ativos		1.480	751	
		21.717	25.048	
Não circulante				
Contas a receber, líquidas	6	687	535	
Fundos restritos	2,3	5.780	6.847	
Partes relacionadas	14		100	
Tributos a recuperar		162	74	
Depósitos judiciais		734	662	
Despesas antecipadas		315	74	
		7.398	8.292	
Ativos de contrato	7	2.067	3.884	
Ativo de direitos de uso	8	3.210	3.391	
Intangível	9	204.094	207.767	
		216.769	223.314	
Total do ativo		238.486	248.362	
	As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras			

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)						
	Nota explicativa	Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Total
		Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros		
Em 1º de janeiro de 2021		34.674	1.291	7.092	(543)	42.514
Resultado do exercício:						
Lucro do exercício					8.618	8.618
Outros resultados abrangentes:						
Obrigações com benefícios pós-emprego	19 (f)				323	323
Total do resultado abrangente do exercício					8.618	8.618
Transações de capital com sócios:						
Dívidas mínimas obrigatórias	19 (d)				(2.047)	(2.047)
Constituição de reserva	19 (b) e (c)		431	6.140	(6.571)	
Em 31 de dezembro de 2021		34.674	1.722	13.232	(220)	49.408
Resultado do exercício:						
Lucro do exercício					12.487	12.487
Outros resultados abrangentes:						
Obrigações com benefícios pós-emprego	19 (f)				78	78
Total do resultado abrangente do exercício					12.487	12.565
Transações de capital com sócios:						
Dívidas mínimas obrigatórias	19 (d)				(2.966)	(2.966)
Reversão de dividendos	17			2.047	2.047	
Juros de capital próprio	17			(2.768)	(2.768)	
Constituição de reserva	19 (b) e (c)		624	8.897	(9.521)	
Em 31 de dezembro de 2022		34.674	2.346	21.408	(142)	58.286
	As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras					

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais – A BRK Ambiental – Mauá S.A. ("Companhia") foi constituída em outubro de 2020, no Município de Mauá, Estado de São Paulo, o objetivo de (i) gerir os sistemas e serviços de esgotamento sanitário compreendendo o conjunto de atividades necessárias à operação, manutenção e ampliação do sistema de coleta, afastamento e tratamento de esgotos sanitários e a comercialização dos serviços correlatos; (ii) gerir a comercialização dos serviços de abastecimento de água potável; e (iii) comercializar água não potável. A prestação dos referidos serviços no Município de Mauá é de exclusividade da Companhia, com base no contrato de concessão com vigência inicial de 30 anos (2002 – 2032). Em 11 de julho de 2014, a Companhia assinou o 5º Termo Aditivo aprovando a prorrogação do contrato de concessão por mais 10 anos, de maneira que o prazo de vigência foi alterado para janeiro de 2043. A sede da Companhia está localizada na Avenida Antonia Rosa Fioravanti, 1.548, parte A – Mauá-SP em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou capital líquido no montante de R\$ 8,124, em função do desembolso de caixa para liquidação de dividendos no exercício (Nota 17). Para fazer face aos passivos de curto prazo, a Companhia conta com acesso a recursos financeiros do controlador direto BRK Ambiental para cumprir com as obrigações contratuais e financeiras de curto prazo. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia é parte integrante do Grupo Brookfield ("Grupo") e controlada direta pela BRK Ambiental Participações S.A. ("BRK Ambiental"). As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 06 de abril de 2023. (a) **COVID-19**: Com a evolução da COVID-19 em escala global, governos e autoridades ao redor do mundo implementaram medidas para combater o vírus. No Brasil, onde a Companhia atua, estas medidas tiveram seus efeitos principalmente a partir da segunda quinzena de março de 2020. Foram realizadas avaliações sobre as estimativas contábeis, considerando os reflexos trazidos pela pandemia e a Companhia não identificaram efeitos financeiros e econômicos significativos decorrentes da COVID-19 nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. (b) **Programa SOX**: No exercício de 2022 houve a manutenção do Programa SOX da BRK Ambiental, do qual a Companhia foi parte integrante do escopo, com a contínua execução deste programa e sua incorporação à rotina de trabalho, não tendo sido identificadas deficiências significativas ou fraquezas materiais, em conformidade com as diretrizes da Seção 404 da Lei Norte-Americana Sarbanes-Oxley ("SOX"), que visa prevenir, detectar e tratar qualquer potencial inconformidade, com efeito material, relacionada às informações financeiras das empresas que compõem a BRK Ambiental, do qual a Companhia faz parte, garantindo maior confiabilidade às suas demonstrações financeiras. (c) **Programa de Compliance**: A BRK Ambiental possui um programa de sustentabilidade alinhado ao ESG Risk Rating da Sustainalytics. O rating avalia o grau de robustez das práticas ESG da empresa. Mais de 15 mil empresas no mundo passaram por esse processo. A BRK Ambiental obteve a melhor nota das ESGs e a quarta melhor no mundo entre 60 empresas de saneamento, no ESG Risk Rating da Sustainalytics, organização internacional, que mede a exposição e o gerenciamento de riscos ESG das empresas. (e) **Outras informações: (i) Revisão tarifária**: Em 22 de março de 2018, a Agência Reguladora de Municipal ("ARSEP") decidiu suspender o processo de Revisão Tarifária sob o argumento de vício de procedimento, supostamente decorrente da não realização de audiência pública, conforme disposto o artigo 38, § 1º, da Lei nº 11.445/2007. Trata-se do Processo Administrativo de Revisão Tarifária nº 80/2017 ("Processo nº 80/2017"), no âmbito do Contrato de Concessão, no qual a ARSEP, em dezembro de 2017, havia proferido decisão reconhecendo o direito da Companhia em aumentar a tarifa em 11,01%, descontado o valor referente ao reajuste inflacionário das tarifas, o que resultaria em saldo de 8,09%. A Companhia apresentou impugnação para aplicação do percentual de 25,56%, conforme requerido em seu pleito. Em 6 de abril de 2018, foi apresentado recurso administrativo contra a decisão que suspendeu o Processo nº 80/2017, no qual a Concessionária alegou: (i) a nulidade da decisão por violação aos princípios do contraditório, ampla defesa e devido processo legal que devem ser observados no processo administrativo; (ii) o aumento da tarifa em 22,5% foi concedido pela ARSEP no processo de Revisão Tarifária ocorrido em 2013/2014, não havendo motivos para a alteração desta decisão; (iii) a Revisão Tarifária em questão trata do aumento de 3,06% e o vício procedimental vislumbrado pela ARSEP não se verificou, uma vez que a consulta pública, no caso, não é obrigatória e nem se alegou prejuízo ao Poder Concedente e aos usuários. O recurso foi indeferido pela ARSEP, sendo apresentado novo recurso contra esta decisão, com os mesmos fundamentos. Em 27 de novembro de 2018, a BRK recebeu o Ofício nº 261/18, indicando reabertura do processo de verificação do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, sugerido reunião conjunta para construção de Plano de Trabalho. Referida comunicação foi respondida pela Concessionária em 29 de novembro de 2018 por meio da carta D.1435/18, na qual sugeriu-se agenda para o início das discussões. Em 30 de maio de 2019, a Concessionária, por meio da carta D.594/19, reiterava a total disponibilidade para agendamento de discussão para a construção do Plano de Trabalho para verificação do equilíbrio econômico-financeiro junto ao Poder Concedente. Apesar da realização de reuniões e da administração contratual realizada pela Concessionária, a ARSEP não concluiu o Processo Administrativo 80/17, restando pendente a aplicação da respectiva revisão tarifária, tendo sido realizada em setembro/2020, a interposição de pedido de revisão extraordinária do contrato, novamente sem conclusão por parte da ARSEP. Seguiu-se a assunção da regulação do contrato à ARSEP para que sejam dirimidas as questões relativas ao contrato e respectivos impactos tarifários da não conclusão dos pleitos. **2. Principais políticas contábeis** – As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente pela Companhia no exercício apresentado, salvo disposição em contrário. **2.1. Base de preparação**: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e evidenciando todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Esta demonstração financeira foi preparada em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e são apresentadas em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 3.2.2. **Caixa e equivalentes de caixa**: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e caso não incorram em mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante. **2.3. Fundos restritos**: Os fundos restritos representam depósitos bancários cuja utilização é vinculada ao cumprimento de obrigações contratuais de financiamentos e retidos até o vencimento de cada contrato. Os valores são remunerados, em sua maioria, pelo Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"). O saldo no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 5.780 (2020 – R\$ 6.847). **2.4. Contas a receber e perdas de créditos esperadas**: As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços e venda de produtos no decorrer normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As

Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)				
	Nota explicativa	2022	2021	
Receita líquida de serviços	20 (a)	84.670	75.437	
Custos dos serviços prestados	20 (b)	(35.761)	(39.113)	
Lucro bruto		48.909	36.324	
Recursos (despesas) operacionais				
Perdas e administrativas	20 (b)	(20.272)	(11.359)	
Perdas de créditos esperadas	20 (b)	(859)	(1.036)	
Outras receitas, líquidas	20 (b)	1.885	1.272	
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		29.663	25.201	
Resultado financeiro	20 (c)			
Receitas financeiras		3.379	2.381	
Despesas financeiras	(15.756)	(14.705)		
Resultado financeiro líquido		(12.377)	(12.324)	
Lucro antes do IRPJ e da CSLL		17.286	12.877	
IRPJ e CSLL correntes	15 (b)	(5.203)	(4.526)	
Lucro do exercício	15 (b)	12.487	8.618	
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação)	19 (e)	1,19	0,82	

Demonstrações do Resultado Abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2022	2021	
Itens que não serão reclassificados para o resultado	19 (f)			
Obrigações com benefícios pós-emprego		118	490	
Eleitos fiscais		(40)	(167)	
Outros resultados abrangentes		78	323	
Total do resultado abrangente do exercício		12.565	8.941	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

contribuição social e adições ou exclusões temporárias. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25,00% de imposto de renda e de 9,00% para a contribuição social. As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os tributos correntes e diferidos. Com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários que podem sofrer alterações, os tributos diferidos ativos são reconhecidos por ser provável que o lucro futuro tributável será compensado com os saldos de prejuízos fiscais e base negativa acumulados (Nota 3 (a)). O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos no passivo que o houverem a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos exceder o total devido na data base das demonstrações financeiras. **2.13. Provisões**: As provisões para ações judiciais (trabalhistas e cíveis) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos desembolsos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa anual de impostos, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.14. Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio**: A distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio aos acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. **2.15. Reconhecimento da receita**: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece as receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, em suas atividades, incluindo a natureza e o prazo de cada prestação de serviços. **Receita de serviços de esgoto**: A receita de prestação de serviço de esgoto é reconhecida por ocasião do consumo de esgoto ou por ocasião do consumo de outras prestações de serviços. As receitas, incluindo a parcela não faturada, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber. (b) **Receita de construção**: A receita de construção foi estimada considerando os gastos incorridos pela Companhia na formação da infraestrutura e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da Companhia na formação do seu ativo intangível, presente no contrato de concessão pública (CPC 01 (R1)), já que a Companhia adota como prática a terceirização dos serviços de construção, com riscos de construção assegurados nos contratos de prestação de serviços e por seguros específicos de construção. A receita de construção é determinada e reconhecida mediante incorporação da margem de lucro aos respectivos custos incorridos no mês de competência. A margem de lucro utilizada em 2022 e 2021 é de 2,00% para os contratos de concessões públicas. Essa receita é reconhecida juntamente com os respectivos tributos diferidos e custos de construção na demonstração do resultado de sua competência, e está diretamente relacionada aos respectivos ativos formados. **2.16. Capital social**: As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido da Companhia. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **2.17. Benefícios a empregados: (a) Obrigações de aposentadoria**: A Companhia disponibiliza um plano de Previdência Complementar através de entidade fechada de Previdência Complementar. A entidade é uma entidade fechada de previdência complementar de natureza civil, aprovada pelo Ministério da Previdência Social, (conforme Portaria nº 1.719 de 23/12/1994). O plano é estruturado na modalidade de contribuição definida, na qual o valor do benefício decorrerá sempre do saldo acumulado na conta de participante. A conta de participante é individual e constituída pelas contribuições dos integrantes, pelas contrapartidas da patrocinadora e pelo resultado dos investimentos. (b) **Outros benefícios pós-emprego**: A Companhia concede determinados benefícios de assistência à saúde ("plano de saúde") pós-emprego aos funcionários elegíveis. O direito a esse benefício é condicionado à permanência do integrante no emprego até um tempo mínimo de vínculo e/ou idade de aposentadoria, estar em plano de saúde regulamentado e ter sido contribuinte na manutenção do plano de saúde. O custo do plano de saúde pós-emprego é arcado pelo funcionário através de emissão de apólice individual. A Companhia reconhece as obrigações com benefícios pós-emprego correspondente ao valor presente das obrigações atuariais de longo prazo, originado pelo subsídio que é concedido pela empresa aos inativos, ou seja, correspondente à diferença entre o custo do beneficiário e sua contribuição ao longo do tempo. As obrigações com benefícios pós-emprego são avaliadas em função dos cadastros individuais dos funcionários participantes (empregados ou aposentados), incluindo seus dependentes, dos custos dos planos de saúde e das hipóteses atuárias que projetam os benefícios futuros. A Companhia acompanha as mudanças nestes cenários periodicamente, através de avaliação realizada por atuários independentes e, as remensurações compreendendo ganhos e perdas atuariais, são reconhecidas imediatamente no balanço patrimonial em contrapartida a outros resultados abrangentes no período em que ocorrem. (c) **Participação nos lucros**: A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação do funcionário no resultado, além de uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou houver uma prática anterior que tenha gerado obrigação não formalizada. A participação nos lucros tem como base os resultados alcançados pela Companhia e avaliação do desempenho individual do funcionário, em relação à sua contribuição para a formação deste resultado, tanto na parte quantitativa quanto na qualitativa. **2.18. Pronunciamentos novos ou revisados em 2022**: A Companhia revisou certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2022 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. Alterações no CPC 37 (R1), CPC 38 (R1), CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1). As alterações são comunicadas aos investidores e aos usuários da Companhia. As alterações são aplicadas a partir de 1º de janeiro de 2022, tais como: • Contrato Oneroso – custos de cumprimento de contrato; • Ativo imobilizado – vendas antes do uso pretendido; e • Referências à Estrutura conceitual. Essas alterações não impactaram a demonstração financeira da Companhia. A vigência dessas alterações deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que, no plano atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022. **2.19. Normas emitidas, mas ainda não vigentes**: As normas e interpretações novas e alterações emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão da demonstração financeira da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alterações, se aplicáveis, quando entrarem em vigor. CPC 50 – Contingências de Seguro: Em maio de 2017, o CPC emitiu o CPC 50 – Contratos de Seguro, uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Ao entrar em vigor, o CPC 50 substituiu a CPC 11 emitida em 2005. O CPC 50 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discriminária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral do CPC 50 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos do CPC 11, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, o CPC 50 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco do CPC 50 é o modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável); • Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. O CPC 50 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também o CPC 48 e CPC 47 na mesma data ou antes da adoção inicial do CPC 50. Essa norma não se aplica a Companhia. **Alterações ao CPC 26 (R1): Classificação de passivos como circulante ou não circulante**. Em janeiro de 2020, o CPC emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que constitui um direito de preferência de liquidação; • Que o direito de preferência deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, e devem ser aplicadas retrospectivamente, se aplicável. **Alterações ao CPC 23: Definição de estimativas contábeis**. Em fevereiro de 2021, o CPC emitiu alterações ao CPC 23, no qual introduz a definição de "estimativa contábil". As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs contábeis para determinar as estimativas contábeis. As alterações são válidas para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2022 e aplicam-se a todas as políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. As alterações não terão impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações ao CPC 26 (R1): Divulgação de políticas contábeis**. Em fevereiro de 2021, o CPC ao CPC 26 (R1), no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao CPC 26 (R1) são aplicáveis para períodos anuais iniciados após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)				
Fluxos de caixa das atividades operacionais	2022	2021		
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	17.286	12.877		
Ajustes				
Amortização do intangível	12.329	12.241		
Amortização do ativo de direito de uso	1.658	1.131		
Valor residual do ativo intangível baixado	3	(448)		
Valor residual do ativo de direito de uso baixado	(862)	(714)		
Perdas de créditos esperadas	859	1.036		
Provisão para contingências	362	179		
Recebimento de fundos restritos	(861)	(298)		
Margem de construção	(144)	(129)		
Benefícios a empregados	358	55		
Ajuste a valor presente ("AVP")	455	638		
Juros e variações monetárias, líquidos	12.653	11.643		
Variações nos ativos e passivos	(4.966)	(3.212)		
Contas a receber	(2.960)	(600)		
Tributos a recuperar	(1.260)	135		
Estoques	65	41		
Depósitos judiciais	(72)	(28)		
Despesas antecipadas	102	(2)		
Outros ativos	(729)	(724)		
Fornecedores	786	967		
Salários e encargos sociais	975	381		
Tributos a pagar	624	287		
Provisões para contingências	(418)	(465)		
Partes relacionadas	889	87		
Outros passivos	1.644	(930)		
Caixa proveniente das operações	43.104	37.048		
IRPJ e contribuição social pagos	(6.070)	(4.254)		
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	36.432	33.494		
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Fundos restritos	1.928	38		
Adições ao ativos de contrato e intangível	(6.882)	(5.170)		
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(4.954)	(5.132)		
Amortizações de empréstimos e financiamentos	(9.337)	(10.703)		
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	(11.080)	(11.635)		
Amortizações de passivo de arrendamento	(1.894)	(1.535)		
Dividendos pagos	(16.220)	(6.000)		
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(28.533)	(28.973)		
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(7.053)	(5.114)		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.973	6.847		
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.920	8.973		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

... continuação **BRK Ambiental – Mauá S.A.**

e contas a pagar aos fornecedores a valor contábil, menos a provisão para perdas de clientes e ajuste a valor presente, estejam próximos de seus valores justos. O saldo mantido com condições negociadas, tanto ativo quanto passivo, são apurados de acordo com condições negociadas entre as partes. As condições e informações adicionais referentes a estes instrumentos financeiros estão divulgadas na Nota 14. Os financiamentos de longo prazo contratados junto à Caixa Econômica Federal ("CEF") e Banestes S.A. ("Banestes") possuem características próprias e não há no mercado oferta de crédito às entidades em geral que se equiparem às condições definidas nos referidos contratos e, por esta razão, são considerados pelo valor nominal atualizado até a data do balanço. A Administração concluiu que para todos os instrumentos financeiros, ativos e passivos da Companhia, considerando os prazos de vencimento, sua natureza e comparando as taxas de juros contratuais com as de mercado em operações similares, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. Os empréstimos e financiamentos estão classificados como Nível 2 na hierarquia de valor justo, conforme estabelecido nos itens 72 a 90 do CPC 46.

4.4. Instrumentos financeiros por categoria: Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados da seguinte forma:

	2022		2021	
	Valor	Valor	Valor	Valor
	Nota	Contábil	Justo	Contábil
Ativos financeiros pelo custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.920	1.920	8.973
Fundos restritos	2,3	5.780	5.780	6.847
Contas a receber, líquidas	6	16.806	16.806	14.705
Partes relacionadas	14		100	100
Depósitos judiciais		734	734	662
		25.240	25.240	31.287
Passivos financeiros pelo custo amortizado				
Fornecedores	10	(4.240)	(4.240)	(3.618)
Empréstimos e financiamentos	11.1	(122.440)	(122.346)	(130.139)
Passivo de arrendamento	11.2	(2.539)	(2.539)	(3.363)
Partes relacionadas	14	(1.738)	(1.738)	(949)
Outros passivos		(1.182)	(1.182)	(178)

	Saldo início do exercício	Adições	Reversão de perdas de créditos esperadas por recebimento ou renegociação	Perdas de créditos esperadas como incobráveis	Saldo final do exercício
Em 31 de dezembro de 2022	(19.707)	(2.262)	1.403	1.212	(19.354)
Em 31 de dezembro de 2021	(18.671)	(3.382)	2.346		(19.707)

7. Ativos de contrato
Saldo no início do exercício 3.864 2.053
(+) Adições 6.179 5.745
(-) Transferências – ativo intangível (7.976) (3.934)
Saldo no final do exercício 2.067 3.864
O saldo refere-se à construção da infraestrutura para prestação de serviços de esgotamento sanitário, com prazo de conclusão até abril de 2023.

8. Ativo de direito de uso

	Máquinas e equipamentos	Veículos	Equipamentos de informática	Total
Saldo inicial em 1º janeiro de 2021	4.737	742	87	5.566
Adições	680	335		1.015
Baixas	(453)	(21)		(474)
Transferências	6	(187)		(181)
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	4.970	869	87	5.926
Amortização				
Saldo inicial em 1º janeiro de 2021	(951)	(380)	(58)	(1.389)
Amortização	(1.004)	(144)	(29)	(1.177)
Baixas	26	5	31	62
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	(1.929)	(519)	(87)	(2.535)
Valor contábil líquido	3.041	350		3.391
Custo				
Saldo inicial em 1º janeiro de 2022	4.970	869	87	5.926
Adições	884	462	135	1.481
Baixas	(27)			(27)
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	5.854	1.304	222	7.380
Amortização				
Saldo inicial em 1º janeiro de 2022	(1.929)	(519)	(87)	(2.535)
Amortização	(1.097)	(445)	(116)	(1.658)
Baixas	23			23
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	(3.026)	(941)	(203)	(4.170)
Valor contábil líquido	2.828	363	19	3.210
Vida útil (anos)	2 a 5	3 a 5	5	

9. Intangível

	Sistema de esgoto	Direito de concessão	Outros	Total
Custo de aquisição				
Saldo inicial em 1º janeiro de 2021	283.424	25.219	9	308.652
Adições	63			63
Transferências – ativos de contrato	3.934			3.934
Outras transferências	219			219
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	287.640	25.219	9	312.868
Amortização acumulada				
Saldo inicial em 1º janeiro de 2021	(82.248)	(10.836)	(5)	(93.089)
Amortização	(11.556)	(685)		(12.241)
Outras transferências	229			229
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	(93.575)	(11.521)	(5)	(105.101)
Valor contábil líquido	194.065	13.698	4	207.767
Custo de aquisição				
Saldo inicial em 1º janeiro de 2022	287.640	25.219	9	312.868
Adições	683			683
Baixas	(3)			(3)
Transferências – ativos de contrato	7.976			7.976
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	296.296	25.219	9	321.524
Amortização acumulada				
Saldo inicial em 1º janeiro de 2022	(93.575)	(11.521)	(5)	(105.101)
Amortização	(11.644)	(685)		(12.329)
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	(105.219)	(12.206)	(5)	(117.430)
Valor contábil líquido	191.077	13.013	4	204.094
Vida útil (anos)	5 a 25	40		

10. Fornecedores – A Companhia mantém contratos com diversos fornecedores e empreiteiros, os quais prestam serviços e fornecem materiais para operacionalização do sistema de esgotamento sanitário.

	2022	2021
Aquisição de infraestrutura	265	429
Serviços e materiais para operação	2.999	2.697
Serviços médicos a pagar	545	155
Retenções contratuais	431	337
	4.240	3.618

11. Empréstimos, financiamentos e passivo de arrendamento – 11.1. Empréstimos e financiamentos: (a) Composição

Modalidade	médios anuais	Vencimentos	2022	2021
Estruturado	10,82% jan/2025 a abr/2033	122.440	130.252	
(-) Circulante		10.479	9.870	
Não circulante		111.961	120.382	

14. Partes relacionadas – (a) As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

	Ativo não circulante	Passivo não circulante	Resultado	Resultado
	2021	2022	2021	2022
Demais partes relacionadas (i)				
BRK Ambiental	100	1.738	949	(6.363)
	100	1.738	949	(6.363)

(i) O saldo do passivo não circulante refere-se, substancialmente, ao rateio de despesas conforme contrato entre as partes, sem incidência de encargos financeiros e com vencimentos indeterminado. (b) Passivo de arrendamento passivo relacionado: O saldo de passivo de arrendamento apresentado no passivo circulante e não circulante, contém transações com partes relacionadas com a Ouro Verde no montante de R\$ 2.031 (2021 – R\$ 3.061), com vencimento entre março e outubro de 2024. 15. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido – (a) Composição, expectativa de realização e movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos.

Composição no balanço patrimonial (não circulante)	2022	2021
Passivo diferido	(11.253)	(11.617)
Impostos de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias/prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Conforme projeções elaboradas pela Administração da Companhia, os lucros tributáveis futuros permitem a recuperação do ativo fiscal diferido e liquidação do passivo fiscal diferido existentes, conforme estimativa a seguir.		
Ativo de imposto diferido		
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de 12 meses	1.999	
Expectativa de realização do ativo diferido é como segue:		

	2022	2021
Passivo de imposto diferido	(2.315)	(10.937)
Passivo de imposto diferido a ser liquidado em até 12 meses	(10.937)	(13.252)
Expectativa de realização do passivo diferido é como segue:		
2023	(2.315)	(1.888)
2024	(1.888)	(1.822)
2025	(1.822)	(1.596)
2026	(1.596)	(939)
2027	(939)	(823)
2028	(823)	(1.044)
2029	(1.044)	(13.252)
2030	(13.252)	(11.253)

Caso haja fatores relevantes que venham modificar as projeções, essas serão revisadas durante o respectivo exercício. Os referidos créditos são passíveis de compensações com lucros tributáveis futuros da Companhia, sem prazo de prescrição. A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos durante o exercício, levando em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

	2022	2021
Passivo de imposto diferido	(2.315)	(10.937)
Passivo de imposto diferido a ser liquidado em até 12 meses	(10.937)	(13.252)
Expectativa de realização do passivo diferido é como segue:		
2023	(2.315)	(1.888)
2024	(1.888)	(1.822)
2025	(1.822)	(1.596)
2026	(1.596)	(939)
2027	(939)	(823)
2028	(823)	(1.044)
2029	(1.044)	(13.252)
2030	(13.252)	(11.253)

12. Salários e encargos
Obrigações sociais 481 303
Provisões de férias 1.424 1.015
Benefícios 70 6
Participação sobre os lucros (i) 1.828 1.504
3.803 2.828
(i) Refere-se à provisão baseada na medição periódica do cumprimento das metas e resultado da Companhia, respeitando o regime de competência e o reconhecimento da obrigação presente resultante de evento passado, no montante estimado da saída de recursos no futuro. A provisão é registrada como custo dos serviços prestados ou despesas operacionais de acordo com a atividade do empregado.

13. Tributos a pagar

	2022	2021
IRPJ e CSLL a recolher	2.786	2.663
Pis e Cofins a recolher (i)	110	87
Outros	2.896	3.324

(i) O saldo refere-se, substancialmente, ao diferimento de pagamento decorrente de recebíveis com órgãos públicos nos termos do artigo 7º da Lei nº 9.718/1998.

	2022	2021
Valor Nota Contábil	132.139	(132.045)
Valor Justo	(138.360)	(138.247)
Ativo de caixa	202	202
Bancos conta movimento	1.192	801
Aplicações financeiras (i)	728	8.172
	1.920	8.973

(i) O saldo de aplicações financeiras está representado, substancialmente, por Certificados de Depósitos Bancários ("CDB"), fundos de investimento em renda fixa predominantemente em bancos cuja classificação de rating é AAA, com liquidez imediata e remuneração relacionada à média ponderada sobre o rendimento das aplicações do exercício de janeiro a dezembro de 2022 de 99,2% do CDI – Certificado de Depósito Interbancário (2021 – 94,4% do CDI).

6. Contas a receber, líquidas

	2022	2021
Contas a receber de clientes	36.160	34.412
Perdas de créditos esperadas	(19.354)	(19.707)
	16.806	14.705
(-) Circulante	(16.119)	(14.170)
Não circulante (i)	687	535

(i) O saldo do contas a receber de longo prazo refere-se, integralmente, a parcelamentos efetuados junto aos clientes, cujas datas de vencimento são superiores a um ano da data-base do balanço da Companhia. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	2022	2021
A vencer	8.791	5.608
Vencidos		
Até 30 dias	2.119	1.644
De 31 a 60 dias	972	784
De 61 a 90 dias	482	339
De 91 a 180 dias	768	577
Mais de 180 dias	158	447
Valores a faturar	3.516	5.306
	16.806	14.705

(b) Movimentação

	2022	2021
Saldo no início do exercício	130.252	140.979
(+) Adição de juros	12.605	11.611
(-) Amortização de principal	(9.337)	(10.703)
(-) Amortização de juros	(11.080)	(11.635)
Saldo no final do exercício	122.440	130.252

(c) Prazo de vencimento: O montante classificado como não circulante tem a seguinte composição por ano de vencimento:

	2022	2021
2024	10.891	
2025	9.640	
2026	10.234	
2027	10.866	
2028	11.536	
2029	12.247	
2030	13.003	
2031	13.805	
2032	14.656	
2033	11.961	

(d) Garantias: As garantias do contrato de financiamento junto à CEF são: (i) vinculação de receita e penhor de direitos creditórios oriundos da concessão; (ii) penhor da totalidade das ações da Companhia representativas de 100% do capital social; (iii) penhor dos direitos emergentes oriundos da concessão; (iv) seguros; e (v) emissão de uma nota promissória, pelo mutuário, no valor do financiamento.

(e) Cláusulas contratuais restritivas – Covenants: A Companhia possui em seus contratos de empréstimos e financiamentos, cláusulas restritivas que obrigam o cumprimento de garantias especiais, incluindo covenants financeiros. A consequência pelo não cumprimento desses compromissos é a possibilidade de antecipação do vencimento da dívida. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia estava adimplente com as cláusulas restritivas relativas aos financiamentos.

11.2. Passivo de arrendamento: (a) Composição

Modalidade	Vencimentos	2022	2021
Passivo de arrendamento	mar/2023 a fev/2025	2.539	3.363
Total		2.539	3.363
(-) Circulante		1.922	1.262
Não circulante		617	2.101

As principais classes de ativos nas quais a Companhia possui arrendamentos são: equipamentos de informática, veículos e máquinas e equipamentos. A taxa de desconto utilizada nos arrendamentos é a taxa incremental. Essa taxa é fixa na data do contrato e permanece inalterada durante todo o prazo do arrendamento, as taxas utilizadas variam entre 19,14% e 19,56%. O saldo de passivo de arrendamento apresentado acima contém transações com a parte relacionada Ouro Verde Locação e Serviços S.A. ("Ouro Verde") no montante de R\$ 2.031 (2021 – R\$ 3.061).

(b) Movimentação

	2022	2021
Saldo no início do exercício	3.363	4.683
(+) Adição de principal	1.481	1.015
(-) Baixa	(866)	(1.338)
(-) Amortização principal	(1.894)	(1.635)
(+) Amortização AVP	455	638
(-) Saldo no final do exercício	2.539	3.363

(c) Prazo de vencimento: O montante classificado como não circulante tem a seguinte composição por ano de vencimento:

	2022	2021
2024	614	
2025	3	
2026	617	
2027	3.363	4.683
(+) Adição de principal	1.481	1.015
(-) Baixa	(866)	(1.338)
(-) Amortização principal	(1.894)	(1.635)
(+) Amortização AVP	455	638
(-) Saldo no final do exercício	2.539	3.363

12. Salários e encargos

	2022	2021
Obrigações sociais	481	303
Provisões de férias	1.424	1.015
Benefícios	70	6
Participação sobre os lucros (i)	1.828	1.504
	3.803	2.828

(i) Refere-se à provisão baseada na medição periódica do cumprimento das metas e resultado da Companhia, respeitando o regime de competência e o reconhecimento da obrigação presente resultante de evento passado, no montante estimado da saída de recursos no futuro. A provisão é registrada como custo dos serviços prestados ou despesas operacionais de acordo com a atividade do empregado.

13. Tributos a pagar</